

PROCESSO TCE N° 17.315.2013-10.

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Feijó.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Feijó, referente ao exercício de 2012.

RESPONSÁVEL: Raimundo Ferreira Pinheiro.

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.

## ACÓRDÃO Nº 10.253/2017

### PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Feijó. Saldo financeiro não totalmente comprovado. Falta de assinatura do contabilista. Execução orçamentária deficitária. Inconsistência do Balanço Patrimonial. Envio do Inventário de Bens Móveis e Imóveis de forma incompleta. Excesso de despesas com pessoal. Excesso dos repasses efetuados ao Poder Legislativo Municipal. Realização de despesas sem licitação. Condenação. Aplicação de multa. Notificação. Comunicação.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Feijó, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a importância de **R\$ 668.099,16 (seiscentos e sessenta e oito mil, noventa e nove reais e dezesseis centavos)**, relativa ao saldo financeiro não totalmente comprovado; **2) aplicar multa** ao Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro**, com fundamento no artigo 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor correspondente a **10% (dez por cento)** da importância da condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Feijó, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) aplicar multa** ao Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro**, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 7.140,00 (sete mil, cento e quarenta reais)**, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em face das seguintes impropriedades: **3.1)** falta de assinatura do contabilista responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis, **3.2)** execução orçamentária deficitária, **3.3)** inconsistência do Balanço Patrimonial, **3.4)** envio do

Inventário de Bens Móveis e Imóveis de forma incompleta, **3.5)** excesso de despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal (LCF nº 101/2000, artigo 20, inciso III, alínea “b”), **3.6)** excesso dos repasses efetuados ao Poder Legislativo Municipal (CF/88, artigo 29-A), e **3.7)** realização de despesas sem licitação; **4) notificar o atual Prefeito Municipal de Feijó** para tomar ciência desta decisão e do apurado pela análise técnica, devendo: **4.1)** reconduzir imediatamente os valores da despesa com pessoal aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso ainda persista a extrapolação; e **4.2)** observar as determinações da Resolução TCE-AC nº 76/2012, que trata da estruturação e do funcionamento do Sistema de Controle Interno; e **5) comunicar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para adoção das providências que entender pertinentes, diante: **5.1)** do repasse a maior à Câmara Municipal configurar o fato típico previsto no inciso I, do parágrafo 2º, do artigo 29-A, da Constituição Federal/88, e **5.2)** da não comprovação de realização de procedimentos licitatórios para os casos em que a Lei Federal nº 8666/93 prevê obrigatoriedade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**.

Rio Branco – Acre, 20 de abril de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC